



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Aumento nas tarifas do Entorno irritou governadores

Tanto Ibaneis quanto Caiado reclamaram da decisão da ANTT, que ignorou os pedidos para que fosse priorizada a formação do consórcio interfederativo

Quando tudo parecia que estava acertado, eis que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) resolveu ignorar o apelo dos governadores de Goiás e do DF e, sim, priorizou a recomposição de caixa das seis empresas de ônibus que operam as cerca de 40 linhas regulares entre o Entorno, concedendo na última terça-feira um reajuste de 2,91% para as tarifas - o que atingiu mais de 380 mil pessoas.

“Somos contra mais esse aumento na tarifa. O Governo Federal segue ignorando as soluções viáveis já apresentadas para conter a alta das tarifas e penaliza os trabalhadores da região”, afirmou, com tom de fúria, o gover-

nador goiano Ronaldo Caiado (União Brasil), em nota oficial. “A gente aguarda que o mais breve possível tenhamos uma solução definitiva para essa questão do transporte do Entorno, inclusive com redução dos preços das passagens”, disse o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), em entrevista.

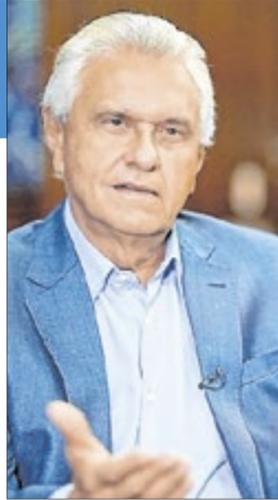
A decisão da ANTT (que não era esperada) obrigou os governos de Goiás e do DF a voltarem atrás e redesenharem toda a modelagem econômico-financeira que estava sendo feita havia alguns meses. “O momento é delicado e vai exigir um novo plano. Mas continuamos com as tratativas para a criação do consórcio”,

disse o secretário de Mobilidade do DF, Zeno Gonçalves, um dos articuladores desta negociação.

Mudança de postura causou estranheza

A mudança de postura da ANTT foi o que mais incomodou os governadores. Caiado criticou a decisão da agência reguladora, alegando que os esforços de Goiás e do Distrito Federal para encontrar uma solução permanente e mais justa para os usuários foram ignorados. O governador goiano destacou que “foram sete meses de espera por uma resposta do Governo Federal”, já que proposta para a criação de um consórcio interfederativo

Divulgação/Agência Cora Coralina



O governador de Goiás, Ronaldo Caiado

Renato Alves/Agência Brasília



O governador do DF, Ibaneis Rocha



Em posicionamento formal via ofício à ANTT, os governadores Ronaldo Caiado e Ibaneis Rocha apontaram contradição na posição e reforçaram que a responsabilidade de regular e gerir o transporte semiurbano interestadual é um dever constitucional da União e não pode ser transferido ou ignorado. A defesa é pela implantação de um modelo de gestão compartilhada, que permita subsidiar parte da tarifa e, ao mesmo tempo, promover melhorias estruturais em todo o sistema.

“A mobilidade urbana e o transporte coletivo envolve milhões de pessoas que merecem um serviço digno. Não é fácil implementar toda uma estrutura tão complexa, que exige investimentos pesados. O cidadão que acaba cedo todos os dias e depende do transporte coletivo precisa contar com um serviço de alta qualidade”, afirmou o secretário-geral de Governo de Goiás, Adriano da Rocha Lima.

foi apresentada em fevereiro.

A resposta formal da União só foi dada em agosto. Diante da demora, os governadores solicitaram um prazo de 90 dias para a suspensão do reajuste, tempo considerado essencial para a formalização do consórcio, que inclui a transição técnica e a definição do aporte orçamentário. No entanto, a ANTT concedeu apenas 30 dias - prazo que se encerrou na segunda-feira (22). Embora tivesse sido solicitado um novo adiamento, esse último pedido foi ignora-

do pela ANTT.

Agora, além de conceder o aumento, a ANTT comunicou que não pretende ser integrante do consórcio, forçando os governos estaduais a redesenhar (outra vez) o formato do projeto. Isso porque, antes dessa nova postura da ANTT, ainda em agosto o Ministério dos Transportes havia vetado a participação e o financiamento da União no consórcio, apesar de o plano original ter sido elaborado com a colaboração de um grupo de trabalho do próprio ministério.

Agora, governos adotam nova estratégia e ajustam calendário

As mudanças impostas pela ANTT não arrefeceram a decisão dos governadores Ibaneis Rocha e Ronaldo Caiado de formar o consórcio interfederativo. “Pelo contrário, aumentou o desejo de fazermos tudo o mais rápido possível”, afirmou à “Brasilianas” o secretário de Mobilidade do DF, Segundo Zeno, no dia seguinte à decisão da ANTT, Goiás e DF já realizaram novas rodadas de reuniões técnicas para afinar a nova minuta de acordo, desta vez excluindo a ANTT.

Segundo Zeno Gonçalves,

como a ANTT não vai mais assinar o pacto do consórcio - vai apenas supervisioná-lo - caberá agora aos dois governos partirem logo para o pedido de autorização legislativa para formalizarem o pacto. “Agora é um ato autônomo nosso”. O GDF finaliza o projeto de lei que vai encaminhar à Câmara Legislativa do DF, enquanto Goiás faz o mesmo para encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado o pedido.

Embora não seja mais integrante ativo do consórcio, a agência reguladora de transportes urbanos pediu para

opinar sobre os termos dele porque, ao final, cabe (por lei) à ANTT delegar a operação dos ônibus semiurbanos ao consórcio interfederativo. “A concretização dessa parceria só ocorrerá quando a ANTT fizer a delegação por convênio. Será o mais importante. Só quando conveniarem o consórcio ele terá efetividade. Mas ela não precisará subscrever o protocolo”, explicou Zeno Gonçalves.

Para facilitar, caro leitor, segue um resumo dos próximos passos para a formação do consórcio interfederativo, que são: 1 - GDF e GO obtêm autorização legislativa para formalizarem o consórcio; 2 - GDF e GO formalizam o



A sede da Agência Nacional de Transportes Urbanos (ANTT), em Brasília

consórcio, com os governadores Ibaneis Rocha e Ronaldo Caiado assinando o protocolo; e 3 - A ANTT ratifica o consórcio e transfere a gestão do transporte de ônibus do Entorno para o consórcio.

Datas serão próximas, mas ainda em aberto

Caberá à Casa Civil do GDF e à Secretaria de Governo de Goiás, agora, acertarem as próximas datas. Tanto as que dependem do encaminhamen-

to dos projetos de lei que serão remetidos às Casas Legislativas quanto a da possível assinatura da formalização do consórcio.

A expectativa é que tudo comece já nos próximos dias. E que todo o processo seja concluído ainda este ano.

“Brasilianas” apurou que estuda-se, até mesmo, a assinatura do consórcio “na fronteira” entre o DF e GO - dessa forma dividida, num palanque montado metade de cada lado. Daí o governador Caiado não se enciumaria (de novo) e Ibaneis não será acusado novamente “de invadir Goiás” sem convite do colega goiano.

Exposições-manifesto ocupam a Referência Galeria de Arte

No dia 1º de outubro, às 18h, a Referência Galeria de Arte inaugura simultaneamente duas exposições que abordam as relações entre arte, produção, economia e suas repercussões na sociedade.

Na Sala Principal, o prêmio de fotografia Rodrigo Zeferino apresenta “Veia Aberta - à margem da estrada do ferro”, com curadoria de Eder Chiodetto, em que o artista apresenta o inédito ensaio fotográfico agraciado pela Funarte com o Prêmio Marc Ferrez de Fotografia.

Na Sala Acervo, a curadora

Samantha Canovas apresenta “Fofoca”, uma reflexão sobre a inserção da produção de artistas visuais mulheres no sistema da arte contemporânea. Com obras de Bárbara Paz, Camilla Soato, Clarice Gonçalves, Courinos, Fernanda Azou, Pamela Anderson, Raquel Nava e Veridiana Leite.

A visitação segue até 15 de novembro, de segunda a sexta, das 10h às 19h, e sábado, das 10h às 15h. A Referência fica na 202 Norte (Asa Norte)

“Veia Aberta” - A mostra que entra em cartaz de 1º de outubro

a 15 de novembro é a primeira individual do artista mineiro Rodrigo Zeferino. Ele traça um paralelo entre as questões geoeconômicas e a forma como nos relacionamos como sociedade ao longo de décadas de exploração das riquezas minerais e o que resta para as comunidades que vivem à margem.

Entre os anos 2020 e 2022, Zeferino percorreu os 892 quilômetros da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que liga a Serra dos Carajás, no Pará, ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão, construída para escoar a produção de minério de ferro e, outros minerais, das jazidas do complexo de Carajás. Seu objetivo era produzir um ensaio fotográfico para abordar o universo social onde estão inseridas dezenas de comunidades localizadas às margens da EFC.



Fragmento - Marabá

“Fofoca” nasce do desejo de expandir o diálogo entre as obras de artistas mulheres, em sua maioria de Brasília. Para tanto, a curadora Samantha Canovas selecionou quatro obras de artistas representadas pela Referência e quatro obras de artistas não representadas pela galeria. A curadoria

considerou também a inserção mercadológica dessas artistas, que abordam temas que se complementam. “Fofoca” surge das questões emergentes sobre a inserção da obra de artistas mulheres no mercado de arte, seja local, nacional ou mundial, e fortemente influenciada pela leitura de “Um

Teto Todo Seu”, ensaio da escritora britânica Virginia Woolf publicado em 1929 que aborda a dificuldade enfrentada por artistas mulheres em encontrar espaço para a produção criativa.

“A intenção é ampliar a discussão sobre essas temáticas presentes em seus trabalhos e apresentar artistas mais jovens a este espaço, com foco na relação mercadológica”, explica a curadora. “Embora o contexto contemporâneo apresente nuances, as artistas não representadas pela galeria são aquelas cujas produções de-sejo acompanhar e divulgar. A exposição busca, portanto, impulsionar e celebrar a continuidade de suas pesquisas e trabalhos.

Deputado aponta superfaturamento

Prestação de serviços em escolas públicas registra aumento de até 75% nos valores

Por Thamis de Azevedo

O presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado Gabriel Magno (PT), anunciou que entregará uma representação no Ministério Público e no Tribunal de Contas do DF denunciando superfaturamento nas contratações de serviços para

as escolas públicas por meio do aplicativo do cartão do Programa de Descentralização Administrativa Financeira (PDAF).

A ferramenta funciona como uma espécie de “conta” gerenciada pelos próprios gestores escolares. Ao Correio da Manhã, o deputado afirmou ter recebido denúncias de diretores que utilizam o aplicativo.

“Os preços são muito supe-

riores aos que eles têm acesso em suas comunidades. Verificamos e, em alguns casos, há variações nos preços que vão de 54% até 75% a mais”, afirma Magno.

Segundo Gabriel, diversos serviços apresentaram sobrepreço, com destaque para a instalação de ar-condicionado, obras elétricas e pequenas reformas. Ele diz que, com a denúncia, o



Secretaria de Educação nega acusações

principal objetivo é restabelecer a autonomia das unidades escolares que está prevista em lei.

Até o fechamento desta edição, o deputado informou que a petição ainda não havia sido protocolada nos órgãos competentes.

O que diz o GDF

Em nota à reportagem, a Secretaria de Educação do DF informa que monitora constantemente o uso do PDAF e que os preços são ajustados e avaliados para garantir a maior eficiência e segurança na aplicação dos recursos. Segundo a Pasta, todos os gastos são fiscalizados pelos órgãos de controle competentes.

“Atualmente, a base de preço de referência utilizada para este fim específico é a Tabela SINAPI”, esclarece.